

Reunião do dia 20 de julho de 2021

(1) Considerações sobre a registros da Câmara de Ensino anterior

O presidente da Câmara de Ensino, Rodrigo Nascimento da Silva, abriu a reunião informando sobre o espaço do Moodle da PROEN para a Câmara, com pautas para a reunião, destacando que é possível sugerir pautas com mínimo de uma semana de antecedência enviando e-mail para a DIRPEI para analisar se o tema é da Câmara de Ensino ou de outra instância. Pautas mais importantes ou polêmicas são avisadas também por memorando.

Na sequência, foi procedida a leitura dos registros da última Câmara de Ensino. Necessária correção do termo DEPEN para DEPEX referido na ata em relação ao cargo de Santana do Livramento do Chefe de Ensino, Pesquisa e Extensão. Foi informado, em comentário sobre processos seletivos, que o DES passará a integrar a estrutura da PROEN. Retomado cronograma de planejamento do Concurso Público suspenso em razão da Pandemia, mas com pouca possibilidade de ser finalizado em 2021, e comentado sobre o novo formato das provas dos Concursos Públicos (inclusão de Legislação, Português e Conhecimentos Específicos) e do Processo Seletivo (inclusão de Ciências (Integrado) e 4 áreas do ENEM (Subsequente)), resultado dos estudos da Comissão constituída em 2020 para a proposição desses ajustes

Em relação à pauta passada de unificação de Processos Seletivos, foi solicitado uma avaliação, via memorando, de cada campus a respeito do sistema usado (sorteio) para encaminhamento ao CODIR e CONSUP e deliberações sobre o próximo processo. Carolina Fortes indicou que o processo seletivo trouxe desafios na efetivação das matrículas, em especial nos cursos subsequentes, devido ao balcão digital. Apontou dificuldades também nas chamadas, que se estendem além do desejado, implicando ingresso de estudantes com o período letivo bem adiantado, problemas que também são partilhados na fala de Miguel Diniz.

Rodrigo lembrou que não há amparo atualmente para o uso do sorteio nos processos seletivos, devendo ser pauta futura do CONSUP. Com relação ao Balcão Digital, citou que é uma imposição do Ministério da Economia, que estabelece que toda seleção será via balcão, incluindo Reopção, Transferência e Portador de Diploma. Apontou também que essas opções de ingresso também necessitarão de previsão de vagas para cotistas.

(2) Avaliação do formato de registro das reuniões da Câmara de Ensino

Aberta possibilidade de fala em relação ao uso de gravações da reunião e registro de ata. Marcelo Diogo defendeu a ata em relação à gravação pela facilidade de consulta aos temas tratados,

simplicidade de armazenamento em relação à gravação a qual acabaria tomando muito espaço no *drive*. Alissandra Hampel defendeu a gravação, pois se trataria de um complemento à ata, apontando ser necessária uma sistematização para fazer os registros, que julga serem fundamentais. Carolina Fortes reforçou a posição da ata junto da gravação, com relato de experiência no seu próprio campus. Antes de colocar em votação, Rodrigo Nascimento reforçou sua posição contrária aos registros, já exposta em outras ocasiões e em deliberações anteriores, principalmente em relação à gravação, pela possibilidade de perda de naturalidade nos debates nas reuniões. Colocado em regime de votação, 9 votos favoráveis à gravação, 6 contrários e 7 abstenções (7 listados como presentes no Meet que não votaram).

Após a votação houve deliberação sobre a disponibilidade e o armazenamento da gravação nos *drives*. Rafael Krolow sugeriu que a gravação ficasse com a PROEN e que essa fosse liberada apenas aos membros da Câmara. Seguiu-se debate sobre a dificuldade de controlar a liberação da gravação, sobre o local de armazenamento, se é de domínio público, quem teria acesso, entre outras questões. Também houve debate sobre a dificuldade de armazenamento pelo uso de espaço em *drive*, independente onde fosse alocada a gravação. Rafael Krolow ponderou que a gravação não ficasse em domínio público, podendo ser liberado apenas aos membros. Por fim, foi sugerido e aceito que a regulamentação sobre armazenamento e divulgação da reunião gravada fosse realizada pelo grupo que defendeu o registro da reunião dessa forma. Por ora, a gravação será armazenada e o link enviado apenas aos membros da Câmara.

Em relação ao uso da ata, posta em votação, foi aprovada com 17 votos favoráveis e 5 abstenções, nenhum contrário. A sistemática de elaboração do documento será feita por rodízio entre os integrantes da Câmara, com o próximo já definido como sendo Miguel Diniz (voluntário). Rafael Krolow manifestou posição de buscar alternativas que desobrigue os chefes de departamento fazerem a ata.

(3) Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Rodrigo Nascimento leu um esboço do ofício elaborado pelo Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE), que será enviado ao CONIF, o qual se posiciona a respeito do PNLD. Em reunião do FDE, o encaminhamento inicial era de não adesão ao PNLD, houve ponderações de pró-reitores sobre o direito que o estudante tem de acesso ao livro. Por fim, a decisão de aderir ou não ao livro didático (PNLD) fica a cargo das áreas dentro de cada campus. Em relação à sugestão na última Câmara de Ensino de um posicionamento a respeito do PNLD, o texto da FDE destinado ao CONIF traduz o posicionamento da Câmara.

(4) Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)

Rodrigo Nascimento lembra que enviou um memorando com ofício do CONIF se posicionando contra as novas diretrizes, com solicitação de que o documento fosse aprovado no Conselho Superior em cada instituição. Ressalta a importância de que cada docente se aproprie do que trata o documento das DCNs para análise mais aprofundada dos desdobramentos que se seguem a partir disso. Rodrigo lembra das formações realizadas pelo Observatório de Educação Profissional a respeito da temática, com divulgação de 5 *lives*, sendo 3 delas já realizadas e diretamente relacionadas às DCNs e BNCC. Essa fase inicial foi chamada pela PROEN de Sensibilização.

A fase 2 consiste no alinhamento com a Câmara, entidades sindicais e estudantis, com mobilização para discussão da temática. A fase 3 consiste no alinhamento com o CODIR. A fase 4 abre oficialmente as discussões com a *live* Diretrizes curriculares para a EPTC, a ser realizada no dia 22 de julho. As fases seguintes incluem sistematização dos materiais no Moodle do IFSul, realização de encontros com coordenadores de cursos técnicos, de cursos de graduação, de professores, de entidades estudantis, além de discussões no âmbito do campus e da realização do 4º Seminário de Fortalecimento do Ensino Médio Integrado, culminando com a produção de um documento geral contrário à BNCC.

Algumas ações pontuais já vão em direção às últimas diretrizes, como a solicitação de um estudante do certificado do Ensino Médio sem haver concluído o curso Técnico, além do pedido de professores para reconhecimento de notório saber que implique na dispensa do curso de formação pedagógica. Carolina Fortes reforça a necessidade de potencializar as discussões para que as pessoas se apropriem dos impactos que a BNCC causa nos cursos técnicos, em especial em relação ao Ensino Médio Integrado. Marcelo Diogo pontuou a importância das discussões, da formação e considera importante nas *lives* contrapontos para mostrar ambos as visões sobre a temática, pois considera que as discussões possivelmente ainda não atingiram um contingente considerável de docentes, haja vista as solicitações e posicionamentos dissonantes. Rafael Krolow reforçou a excelência das *lives* do Observatório e pontuou que o Ensino Médio Integrado é a razão de existir dos IFs, destacando a importância da realização do 4º Seminário de Fortalecimento do Ensino Médio Integrado

(5) Posicionamento de conselheiro do CONSUP

Num primeiro ponto, Rodrigo Nascimento trouxe uma questão de um conselheiro do CONSUP que pede que os novos programas das disciplinas dos cursos de graduação e técnicos venham com referências da Biblioteca Virtual. Num segundo ponto, Rodrigo lembrou que enviou um memorando com para os campus com a solicitação de acesso às Normas Técnicas (ABNT, ISO) para

que seja elencado as mais utilizadas com vistas a uma possível compra. O acesso aos professores foi disponibilizado até 06 de agosto. Num terceiro ponto, Rodrigo trouxe a possibilidade de expansão da Biblioteca Virtual com a licitação de uma segunda empresa.

Com relação ao primeiro ponto, Jander Monks, se posicionou contrário ao pedido do conselheiro e pela manutenção da forma atual de referenciamento bibliográfico que atendam as normas da ABNT e não ao formato das obras da Biblioteca Virtual. A CAED e CAPED se posicionam por não atender à solicitação, pois consideram uma burocratização dos processos, posição referendada pelos participantes da Câmara de Ensino.

(6) Pauta da CAPED

Deomar Villagra trouxe 2 atualizações de programas de disciplina, de Santana do Livramento e de Sapiranga, ratificadas pela Coordenadoria.

(7) Pauta da CAED

Jander Monks traz considerações sobre o ENADE, com envio de memorando a respeito das mudanças sobre o enquadramento dos cursos que vão participar do ENADE. Em 2021 o enquadramento dos cursos não é mais manual, mas automático, o que requer cuidados a respeito do acompanhamento dessa ação. O memorando foi enviado aos chefes de ensino cujos campus tem cursos com ENADE previsto para 2021. A CAED está em contato nos grupos de WhatsApp assessorando os coordenadores de curso etapa a etapa.

Um segundo ponto trazido diz respeito à criação de um GT de trabalho com os coordenadores dos tecnólogos. A CAED aponta que na Organização Didática, dentro da competência dos coordenadores, que seja inserido as aptidões dos coordenadores que estão descritas no documento de avaliação do MEC.

Um terceiro ponto é que a CPA tenha um direcionamento na forma de trabalho mais alinhado com os cursos dos campi e que contemple alguns itens dos instrumentos de avaliação do MEC. Miguel Diniz reforçou a necessidade de um instrumento avaliativo bem amplo que contemple as necessidades dos cursos.

Diante do adiantado da hora, optou-se pelo encerramento da Câmara, com a proposta de continuidade das pautas.